

Cimi ganha verba para atuar contra Calha Norte

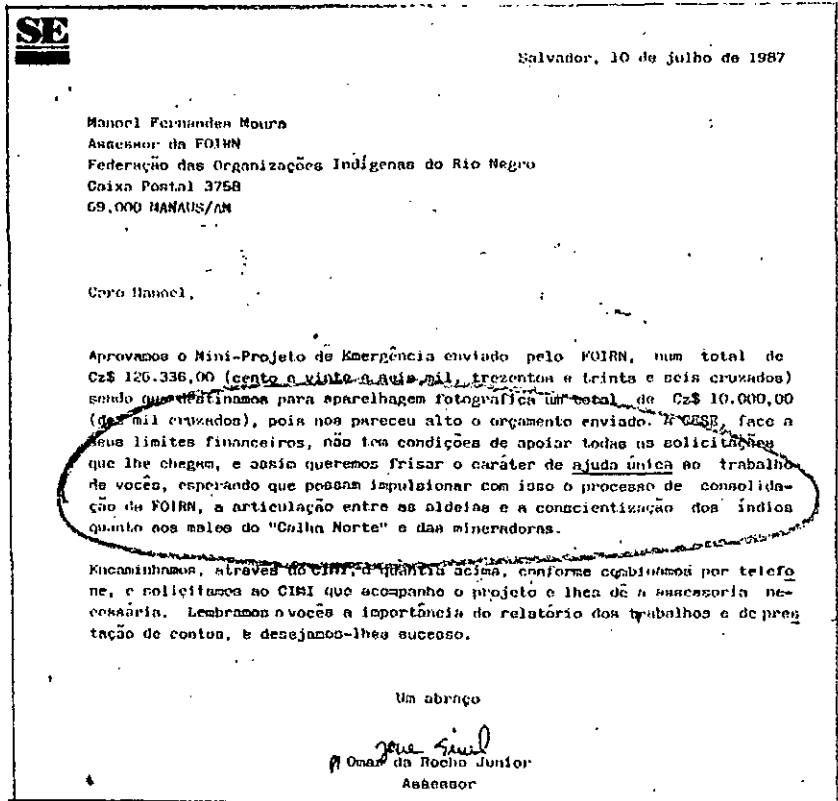
BRASÍLIA — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) recebeu CZ\$ 126.336 destinados à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, localizada em Manaus, para desenvolver o "Mini-Projeto de Emergência", que visa à "articulação entre as aldeias e a conscientização dos índios quanto aos males do Projeto Calha Norte e das mineradoras".

A denúncia, com apresentação de documentos, foi feita ontem, na tribuna da Assembléia Constituinte, pelo Deputado José Dutra (PMDB-AM), para quem o Cimi, mais uma vez, "revela sua vocação desagregadora e deixa transparecer sua função destabilizadora das populações indígenas entre si e destas em relação ao Brasil".

Em duas cartas, mostradas pelo Deputado, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) — doadora do dinheiro — informa ao assessor da Federação das Organizações Indígenas, Manoel Fernando Moura, que a remessa foi feita através de depósito em conta corrente, no dia 14 de julho, na agência do Bradesco localizada no Centro de Manaus.

A Cese, além de doar os recursos para o "Mini-Projeto de Emergência", solicita ao Cimi que acompanhe o desenrolar dos trabalhos e dê a assessoria necessária para seu êxito. Numa das cartas, a Coordenadoria Ecumênica solicita o envio de relatório de atividades, esclarecendo que a prestação de contas tem que ser feita em "um breve histórico dos pagamentos" e deve ser "evitada anexação de comprovantes (recibos, notas fiscais, etc.)".

Esses documentos, acrescenta a Cese, devem ficar no arquivo da Federação, com registro na Contabilidade da entidade, "à disposição dos órgãos diretivos da entidade ou das instituições financiadoras do trabalho, quando convier". A Coordenadoria Ecumênica solicita apenas o en-



No ofício, o assessor da Coordenaria enfatiza a denúncia do Calha Norte

vio do recibo correspondente, por ser uma exigência do seu serviço de Contabilidade e Auditoria.

O Deputado José Dutra observou, ao fazer a denúncia, que a Cese se diz um órgão habilitado a aprovar projeto para ser operacionalizado no meio das populações indígenas, sem que a Funai, órgão incumbido de representar os índios, sequer tenha conhecimento desses fatos.

— Isso é um verdadeiro e afrontoso desrespeito à administração pública brasileira e, ao mesmo tempo, se transforma num sério problema de segurança nacional, já que tanto o

Cimi como a Cese se insurgem contra um projeto federal, que se implanta nas áreas de nossas fronteiras — acrescentou José Dutra.

O Deputado alertou ainda para o perigo que essas entidades representam para o Brasil, lembrando que o Cimi tem sido denunciado como "agente interno de uma organização externa, que responde pelo nome de Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, que conta com verbas externas para também difundir a tese da soberania restrita do Brasil". Segundo José Dutra, isso representa "a subtração de 10 por cento do território nacional no Estado do Amazonas".

Dirigente confirma repasse e objetivo de articular aldeias

SALVADOR — O Secretário-Executivo da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) na Bahia, Enilson Rocha Souza, confirmou ontem, em Salvador, o envio de CZ\$ 126.336 no dia 23 de julho passado ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) da Região Norte. O dinheiro, segundo ele, tinha o objetivo de agilizar um miniprojeto de emergência para "articulação entre as aldeias e conscientização dos índios quanto aos males do Projeto Calha Norte".

Enilson afirmou que os recursos foram encaminhados diretamente ao Cimi e não a pessoas físicas: "A Cese — entidade ligada a sete Igrejas — só repassa recursos a entidades legalmente constituídas", esclareceu. A verba, assegurou, servirá para comprar mantimentos para os índios e para que o pessoal do Cimi possa se locomover na região.

Enilson acha óbvio que a Cese não queira recibos ou comprovantes desses repasses. "Os comprovantes devem ficar no Cimi, pertencem à sua contabilidade e devem estar à nossa disposição para qualquer consulta. Sempre agimos assim e achamos correto. Temos controle de tudo e nossa documentação é aberta a qualquer pesquisa, nada temo escondido", disse.

Sobre o significado de suas palavras com respeito

à "conscientização dos índios quanto aos males do projeto Calha Norte", ele argumentou:

— Não apoiaremos nunca instituições e empresas nacionais ou internacionais que tenham interesses econômicos em terras que pertencem aos índios. Mas os índios estão lá, sofrendo, e temos de apoiá-los, torná-los conscientes das consequências de um projeto como esse. Essa é também a mensagem do Evangelho de Cristo — concluiu.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, foi contratado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para defender o Conselho Indigenista Missionário das acusações que apontam a entidade como a organizadora de um movimento para retrair do Estado o domínio sobre áreas ocupadas por nações indígenas. Márcio Bastos será auxiliado neste trabalho pelo advogado Sérgio Bermude, do Rio de Janeiro. Para definir as diretrizes, os dois advogados têm um encontro, hoje, com o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes. O Presidente da OAB considerou que o trabalho de defesa do Cimi é complexo e disse que ainda não sabe por onde começar.

Agrotóxicos contaminam metade dos plantadores de hortigranjeiros na Bahia

SALVADOR — Cerca de 50 por cento dos trabalhadores rurais da região de Jaguaquara, maior produtora de hortigranjeiros da Bahia, estão contaminados por agrotóxicos, segundo pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Ematerba) e Fundacentro.

Embora ainda não tenham provas definitivas, médicos e agrônomos envolvidos na pesquisa acreditam que este alto nível de intoxicação é a causa da alta incidência de deformidades físicas nas crianças nascidas na região. Eles calculam que nos últimos três anos registraram-se de seis a oito casos de anecefalia (ausência de cérebro) para uma população inferior a 80 mil pessoas, índice

considerado altíssimo, em quanto nos seis primeiros meses deste ano foram confirmados dois casos de anecefalia e um de deformidade fetal.

As denúncias sobre uso indiscriminado de agrotóxicos na região não são novas. Em janeiro de 86, uma equipe do Centro de Recursos Ambientais da Secretaria de Planejamento do Estado verificou que os índices de contaminação dos produtos hortigranjeiros por agrotóxicos eram "alarmantes". Além de usar todo tipo de produto, inclusive os organoclorados proibidos de serem comercializados, os agricultores não utilizam equipamento protetor nem observam os prazos para colheita de cada produto tratado com agrotóxico.